

Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 14, 2024
ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DE POLÍCIA TITULAR DO
DISTRITO POLICIAL DA COMARCA XXXX

Fulana, brasileira, casada, comerciante, e Portadora do RG n
xxxxxc e CPF Xxxxxc, residente e domiciliada na Rua das
flores, número 45, no centro da cidade de Xxxx, com endereço
eletrônico Xxxxxxxx, vem à presença deste juízo, o que faz por
intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA Xxxxxc para
ajuizar a presente ação de:

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

Em face de Xxxxxx, solteiro, desempregado, inscrito no RG de
número Xxxxx e no CPF de número Xxxxx, endereço eletrônico
desconhecido, residente e domiciliado na Rua São Paulo, número
32, no Bairro Xxxxx, na Cidade de xxxx, pelos motivos e fatos
que seguem:

AUTORIA DELITIVA-NEXO CAUSAL

No dia 4 de Agosto de 2019, o Representado supracitado
praticou uma conduta negativa, enquadrada no código penal como
sendo Estelionato e que gerou ao Representante também
supracitado um dano ao seu patrimônio, pois o mesmo tomou
posse de celular e produtos que considerado acessórios para o
mesmo, com o passar do tempo não efetuou o pagamento devido.

Na Seara Penal, a autoria delitiva é daquele sujeito que
pratica a ação expressa pelo verbo típico da figura delituosa.
Assim, diante dos fatos narrados não resta dúvida de que o
autor deste crime foi a pessoa que está devidamente
qualificada acima.

MATERIALIDADE

A presente ação visa a efetivação da proteção constitucional

com a condenação criminal resultante da materialidade e da autoria do imputado evidenciado pela descrição das ações praticadas pelo mesmo.

TIPICIDADE

Neste tópico nós atemos ao que está previsto no Código Penal, nos seguintes termos:

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.(...)

Cabe ressaltar, que o depoimento da vítima e das testemunhas no Boletim de Ocorrência e demais documentos que se encontram devidamente anexados, configura prova suficiente no que tange a autoria e a materialidade.

Diante de tais fatos, requer-se a condenação do réu tendo como base, os ditames legais dispostos no ART. 171 do CP. Segundo a doutrina:

“O dolo do estelionato é a vontade de praticar a conduta consciente o agente que está iludindo a vítima. Exige-se o elemento subjetivo do injusto (dolo específico), que é a vontade de obter ilícita vantagem patrimonial para si ou para outrem”. (MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. 18 Ed. São Paulo: Atlas, Fla. 304)

DOS PEDIDOS

Isso posto, vem a ofendida representar com base nos dispositivos legais já mencionados, requerer seja instaurado o Inquérito Policial pela autoridade competente.

A oitiva das testemunhas arroladas.

A produção de todas as provas em direito admitidas;

Finalmente, digna-se a Vossa Excelência, determinar, em decorrência do meio criminoso utilizado pelo o acusado, pela

propositura da ação penal, a fim de que sejam aplicadas ao acusado as penas cominadas no art. 171, § 2º inc I, do CP. Embora a causa seja de valor inestimável, atribui-se o valor de R\$ 7.000,00, para cumprimento de obrigação legal.

Cidade, Dia, Mês e Ano

Assinatura do Promotor de Justiça

ROL DE TESTEMUNHAS:

Testemunha:XXXXXXXXXXXX

Testemunha:XXXXXXXXXXXX

Testemunha:XXXXXXXXXXXX